

LEI Nº 2062, DE 28 DE FEVEREIRO DE 2019.

Estabelece, no âmbito do Município de Pinhais, o valor das obrigações de pequeno valor, nos termos do artigo 100, § 3º e § 4º da Constituição Federal, com Redação dada pela Emenda Constitucional nº 62, de 9 de dezembro de 2009.

A Câmara Municipal de Pinhais, Estado do Paraná, aprovou e eu, PREFEITA MUNICIPAL, sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Os pagamentos devidos pelo Município de Pinhais, em virtude de sentença judicial transitada em julgado, poderão ser feitos por Requisições de Pequeno Valor (RPV), exclusivamente na ordem cronológica de apresentação e à conta dos créditos respectivos, proibida a designação de casos ou de pessoas nas dotações orçamentárias e nos créditos adicionais abertos para este fim.

Art. 2º Serão consideradas de pequeno valor, para os fins do disposto no § 3º do art. 100 da Constituição Federal, as obrigações que o Município de Pinhais, suas Autarquias e Fundações, devam quitar em decorrência de decisão judicial transitada em julgado, cujo valor, devidamente atualizado, não exceda a ~~R\$ 7.500,00 (sete mil e quinhentos reais)~~ **R\$ 10.025,51 (dez mil, vinte e cinco reais e cinquenta e um centavos)**, valor este a ser corrigido, anualmente, mediante decreto, pelo índice IPCA-E ou outro que vier a substituí-lo ou, ainda, que for fixado pela jurisprudência do Supremo Tribunal Federal (STF). **(Redação dada pelo Decreto nº 557/2024)**

§ 1º Para os fins do disposto no caput deste artigo, considera-se valor da obrigação o total apurado em conta de liquidação homologada ou aprovada no processo de origem, atualizado até a data de expedição do ofício judicial requisitando o pagamento.

§ 2º As obrigações de que trata este artigo terão os respectivos valores atualizados monetariamente, conforme legislação pertinente, até a data do efetivo pagamento, que se fará no prazo legal, a contar do recebimento da requisição, na forma que poderá ser estabelecida em decreto.

Art. 3º O crédito de pequeno valor, atendido o limite pecuniário nos termos fixados nesta Lei, será pago mediante depósito judicial, no prazo de até 60 (sessenta) dias, contados da data em que for protocolada, perante o órgão competente, a requisição expedida pelo juízo da execução.

Art. 4º A Secretaria Municipal de Finanças - SEFIN deverá prever, anualmente, reservas orçamentárias de contingência para que o Município possa honrar os pagamentos dos débitos de pequeno valor, até o limite definido no art. 2º desta lei.

Art. 5º São vedados o fracionamento, a repartição ou a quebra do valor da execução para que o pagamento se faça, em parte mediante RPV, na forma estabelecida no caput do art. 2º desta Lei e, em parte, com a expedição de precatório.

Art. 6º Na hipótese do valor da execução ultrapassar o montante estabelecido no art. 2º desta Lei, o pagamento far-se-á por meio de precatório, nos termos da Constituição Federal, sendo facultada à parte exequente a renúncia ao crédito do valor excedente, para que possa optar pelo pagamento do saldo sem necessidade de se submeter ao regime de precatório, na forma prevista no art. 3º desta Lei.

§ 1º A renúncia ao valor excedente, previsto no caput deste artigo, deverá ocorrer antes da ordem de expedição do precatório, ressalvada a possibilidade de conciliação junto ao Juízo da Central de Precatórios do tribunal de Justiça do Estado do Paraná.

§ 2º A opção pelo recebimento do crédito na forma prevista nesta Lei implica a renúncia ao restante dos créditos porventura existentes oriundos do mesmo processo judicial.

§ 3º Em se tratando de RPV com mais de um credor, quer originário ou cessionário, a renúncia ao excedente terá que ser manifestada por todos, assumindo os renunciantes a responsabilidade pela divisão entre si do valor pago.

§ 4º O credor originário e/ou cessionário, no ato da renúncia, deverá declarar, sob as penas da lei, que não cedeu seu crédito a terceiros, e que este não foi objeto de pedido de compensação junto ao Município de Pinhais.

§ 5º O renunciante responde perante terceiros por eventual reclamação de titularidade sobre os valores renunciados, bem como pelo pagamento dos honorários advocatícios fixados no título judicial e/ou contrato e, ainda, pelas custas inseridas na conta geral do precatório.

Art. 7º No caso de pagamento de RPV decorrentes de relação jurídica que envolva servidor público municipal, será obrigatória a retenção da contribuição previdenciária, incidente no crédito pago, com sua destinação ao Fundo de Previdência Municipal, sem prejuízo de outros descontos legais.

Art. 8º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Pinhais, 28 de fevereiro de 2019.

MARLY PAULINO FAGUNDES
Prefeita Municipal

Publicado no Diário Oficial de Pinhais, Edição nº 433 de 08/03/19.

Nota: Este texto não substitui o original publicado no Diário Oficial.

Data de Inserção no Sistema LeisMunicipais: 01/06/2024